

SUBJETIVIDADES E DISPOSITIVOS DE VIGILÂNCIA NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

*Flávia Cristina Silveira Lemos
Felipe Sampaio de Freitas
Manoel Ribeiro de Moraes Júnior
Dolores Galindo
Ozian de Sousa Saraiva
Fernanda Cristine Santos Bengio*

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

1. Introdução

Busca-se com este texto problematizar práticas de vigilância pela internet a partir de várias situações ligadas às práticas de subjetivação no presente. Aplicativos de controle do peso, de motivação, de incitação à felicidade, de pedidos de alimentos, de compras, dispositivos na internet para a realização de atividade laborais, plataformas de ensino, redes sociais para relacionamentos de amizade e encontro de parceiros para namoro, plataformas de preenchimento de indicadores acadêmicos, aplicativos de operações bancárias, aplicativos de controle de taxas biomédicas e para meditação, aplicativos de músicas e de estimuladores do sono entre tantos outros mecanismos são comuns, na atualidade das redes sociais. Trata-se de texto temático, em modalidade de ensaio problematizador de processos de subjetivação do presente.

A emergência da internet e a revolução das comunicações que ela produziu criou um impacto significativo no cotidiano das relações sociais, dos modos de organizar a vida e criar estilos de existências específicos. Portanto, analisar e abordar estas mutações é um objetivo deste texto por meio de contribuições de Gilles Deleuze, de Byung-Chul Han, de Michel Foucault, de Evgeny Morozov, Judith Butler, Cabanas e Illouz, Huk, Crazy e Manuel Castells interessados para uma conversa problematizadora e que possa produzir inquietações e transversalidades.

Assim, pretende-se pensar algumas práticas relacionadas aos processos de subjetivação e construção de sociabilidades por meio dos mecanismos de segurança, vigilância e normalização das condutas por meio dos dispositivos de controle em meio aberto, explicitando diversos paradoxos desta sociedade. Os controles pela comunicação passam a operar com agilidade, sutilezas e modos múltiplos de agenciar práticas cotidianas de regulação social e configurações diversas de modular as formas de sentir, de agir, de viver, de se relacionar, de pensar, de estudar, se alimentar, buscar entretenimento, realizar encontros, construir saberes, de trabalhar e se exercitar quanto variadas aprendizagens.

2. Psicopolítica, Comunicação na Internet e Sociedades Neoliberais

A era da internet, para Byung-Chul Han, em *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder* (2018) marca um novo tempo na sociedade contemporânea que traz inúmeras mudanças, cujos efeitos ainda se está observando em termos dos efeitos no trabalho, na educação, na vida privada, na saúde mental e coletiva, na mobilidade, na acessibilidade, nas relações de amizade e nas atividades mais corriqueiras e simples, tais como: alimentação, esportes, diversão, relacionamentos afetivos, vida sexual, modos de vivenciar a cultura e produzir pesquisa.

No início, a rede digital foi celebrada como um *medium* de liberdade ilimitada. O primeiro slogan publicitário da Microsoft, “Aonde você quer ir hoje?”, sugeria uma liberdade e uma mobilidade sem fronteiras na internet. Hoje, essa euforia já se mostrou uma ilusão. A liberdade e a comunicação ilimitadas se transformaram em monitoramento e controle total (Han, 2018, p. 18-19).

A realidade virtual forja vigilâncias nunca experimentadas, em sociedades anteriores. As subjetividades contemporâneas, sob a dimensão Web 2.0, tem sofrido sistemas de coerção que parecem libertários, mas podem ser armadilhas que não mostram antecipadamente o quanto são de cunho obrigatório. As relações se tornam mais difusas e demandam outros tipos de consentimento que não existiam antes. As transformações neoliberais e na comunicação nas últimas três décadas passaram a realizar promessas de liberdade, de vida prática, de ações velozes, de aumento do diálogo em um tempo e espaço de intensa agilidade e desterritorialização (Han, 2017a).

Ao mesmo em que a experiência do tempo propicia conexão contínua causa cansaço extremo, pois, um tédio imenso e uma sensação absurda de extenuação ocorre, simultaneamente aos acessos possibilitados pela praticidade e velocidade na comunicação que os usos da internet trouxeram. A vivência de tempo e conexão ininterruptos é concomitante ao cansaço causado por uma estimulação excessiva e um desejo modulado de ser visível e se expor para se sentir existindo na sociedade da vigilância e transparência (Morozov, 2018). “Os *big data* são um instrumento psicopolítico muito eficiente, que permite alcançar um conhecimento abrangente sobre comunicação” (Han, 2018, p. 23).

O cansaço do excesso de comunicação produz uma sensação de *doping*, de anestesia, de tédio e angústia profunda justamente quando potencializa a comunicação intensa. O capitalismo mundial integrado, no neoliberalismo isola, individualiza e torna as pessoas solitárias mesmo quando promete conexão, liberdade e comunicação (Han, 2017a). Por isto, a liberdade, já dizia Foucault (1976/1999) é produzida simultaneamente com a disciplina dos corpos diante da regulação por normas, leis e modos de vigiar em nome da segurança, da proteção, do cuidado, da condução do fluxo de comunicação, da avaliação e exame, das sanções e controles tanto no tempo quanto no espaço dos corpos.

Então, nenhuma liberdade é contínua e, muito menos, uma essência do ser. Acessar portais da internet, se cadastrar em redes sociais, criar e-mails, comprar produtos pela rede, preencher currículos na internet, se inscrever em promoções e baixar aplicativos são algumas práticas que deixam rastros em termos de oferta de dados sobre si para as corporações que mercantilizam informações que são disponibilizadas em cada contato e uso da internet. Logo, libertar-se de algum limite implica em se submeter a outros, de acordo com Foucault (1976/1999) quando menciona a sociedade disciplinar e a Han (2018), ao descrever os modos de funcionamento do controle da liberdade na comunicação pela internet.

Além da oferta de dados que permite expandir controles pelos algoritmos, há também um certo processo de coisificação nessa relação em que a submissão às regras do jogo aciona no modo de produção da subjetividade dos *big data*, na visão de Han (2018). Curiosamente, o aceite a se submeter é feito pelas pessoas que passam a ceder seus dados com anuência e cumplicidade com o que lhes é solicitado em nome da conexão e de receber supostos benefícios de cada atividade realizada na internet.

Há uma devoção de se colocar em conexão permanente, mesmo que sendo convocado a ser alvo de vigilância, após precisar entrar em concordância com as regras de usos de cada modalidade de comunicação e conexão. Para participar de praticamente tudo na internet que é oferecido, se deve inserir dados e aceitar alimentar o sistema, gerando uma exposição do estilo de vida que se tem. Participar do jogo proposto é receber praticidade, agilidade, velocidade, descontos, sucesso, diversão, proteção, segurança etc. Porém, há um preço que se paga por esta participação porque o mercado não desiste de lucrar em nada, nem mesmo em relação a um dado mais simples da existência das pessoas.

Diante da incitação à estimulação permanente a participação da comunicação constante na internet, aceita-se compactuar com a expansão do controle e da encomenda infundável por desempenhos em todas as áreas da vida como marketing de si e empreendedorismo da subjetividade. Em *Sociedade da Transparência*, Han (2017b) assinala que há um pedido prescritivo de que todas as pessoas devem aparecer, se expor, acelerar suas ações e viver subjetivando-se pelas imagens compartilhadas o tempo todo. Se tornar transparente ao olhar das outras pessoas é uma encomenda apresentada como positiva e uma incitação à felicidade no mercado neoliberal. Neste sentido, ser livre é se expor e ser feliz é se comunicar com o menor número de fronteiras e barreiras possível.

A Psicologia Positiva, conforme Cabanas & Ilhouz (2022), salientam que há, na atualidade, uma verdadeira perseguição da felicidade como modo de ser. A ilusão de que existe uma plenitude da vida em um êxtase de sentir-se feliz é difundida por um mercado do pensamento positivo, de retiros de diversas espiritualidades, de turismos para *detox* da alma e aprendizagem de técnicas de si que promovam um bem-estar e uma qualidade de vida chamada saudável e feliz. Para se tornar positivo e feliz, também se oferece dados e se confessa detalhes da vida para quem se apresenta com condutor de condutas de pessoas desesperadas por acessar a ilusão tão alardeada pelas mídias e pelo mercado, que busca cada vez mais técnicas e aparatos na Psicologia Positiva para sustentar minimamente seus pacotes programáticos da vida plena.

Assim, tudo é transformado em ativo rentável no que Morozov (2018) nomeia como sociedade dadocêntrica. Nenhuma publicidade e comunicação se torna fortuita e sem modulação de vigilância dos dados, na internet. Há efetivamente uma apropriação política das tecnologias e usos que extraem delas lucros exorbitantes e inigualáveis, até então, no universo das corporações do mercado. Com efeito, a privacidade passou a ser uma mercadoria que atrai a disputa entre empresas da gestão da informação.

Diante da imensidão de dados na internet, há uma produção da desatenção e extremas dificuldades de filtrar o excesso de informação e fazer escolhas com análise a partir da complexidade necessária. A comunicação na relação com a subjetividade passa a ser uma disputa feita por guerras híbridas, especialmente, pela internet. Com efeito, Crary (2016) afirma que somos subjetivados por uma identidade digital, por estímulos a viver em competição de vigília por desempenho e visibilidade.

O pessoal e o profissional vão sendo dissolvidos pela incitação de estar em conformidade com a comunicação acelerada e intensificada de viver se expondo em uma mescla de entretenimento e acesso à informação (Crary, 2016). São formadas interfaces permanentes das modulações empresariais dos serviços e modos de uso da informação na sociedade de controle, segundo Deleuze (1992). A visão vai sendo acoplada com a vigilância e o olhar se torna parte do dispositivo imagético e comunicacional na gestão da sociabilidade nos moldes de governo das condutas no sistema de uma vida regulada por *big data*.

Assim, trava-se cada vez mais uma guerra na internet e entre empresas da comunicação pelo acesso aos dados e pela difusão das informações desejadas pelo mercado da privacidade que visa lucrar com a intimidade e os estilos de vida de cada indivíduo. Trata-se de uma lógica híbrida de valores, modos de ser, formas de comunicação e dispositivos tecnológicos de acessibilidade e governo de si pela internet (Morozov, 2018).

Assim, há um deslocamento do próprio conceito e direito de liberdade de expressão diante de todas estas transformações, acontecimentos e agenciamentos de práticas múltiplas, nas últimas décadas, na virada do século XX para o XXI e, especialmente, de 2010 até os dias atuais. Não existe uma liberdade abstrata e inata. Ela é sempre uma tensão de relações de forças em movimento dinâmico e múltiplo. Porém, pode ser capturada em fluxos que passam a ser cristalizados por gestões da informação e distribuição da verdade, formando hegemonias de determinados saberes e modos de contar as histórias, na medida em que se instalam práticas de dominação, opressão e terror (Foucault, 1976/1999).

Quanto mais o sistema de comunicação repete uma verdade, mais ela ganha status de validação e suposta credibilidade, podendo chegar a ser naturalizada e tomada como dogma até mesmo ser transformada em fundamentalismos que fecham os canais de questionamento dos saberes veiculados. Em uma sociedade democrática tenta-se garantir a liberdade de expressão e fomentar o dissenso em relações de paradoxo com o consenso, em um permanente processo de cotejamento de informações e criação de regimes de confiabilidade. Verificar o que é verdade ou não nas redes sociais e no compartilhamento de informações passou a ser um desafio na sociedade da informação em que se vivencia excessos de comunicação e disseminação de mensagens e conteúdos

que são produzidos com objetivos de criar confusão e terror, medo, insegurança e desestabilizar psicologicamente como estratégia de marketing, de economia política e controle securitário dos corpos e das subjetividades (Korybko, 2018).

3. Sociedades de Controle e Capitalismo Mundial Integrado na Internet

Deleuze (1992), em *Post-Scriptum às Sociedades de Controle* afirmou que o capitalismo financeiro se alimenta da compra e venda de serviços, da especulação incessante, do estímulo à velocidade dos fluxos de comunicação, tendo na emergência do neoliberalismo um dos seus componentes de viabilidade. O controle em meio aberto por meio de diversas tecnologias passa a ser rápido, ágil, ininterrupto e pede conexão constante e por interfaces de redes diversas.

Esta sociedade é mais empresarial do que produtiva, investe mais nos fluxos e na circulação de bens, corpos, mercadorias, aplicações, educação, diversão, terapias etc. do que se abriga em espaços fixos e em fábricas com aumento de produção. Se torna mais lucrativo terceirizar a produção e investir em marcas para as grandes corporações.

O marketing é o gás que mantém a marca em evidência e publiciza os modos de ser que deseja vincular às empresas em termos de estilos de vida a serem comercializados no pacote dos produtos vendidos. O que se oferece é um estilo de vida e uma experiência com a aquisição de determinado produto e objeto. Logo, se empreende mais do que se produz. A sociedade de controle não cessa de tentar realizar reformas diante de crises que ela mesma não para de criar.

Proliferar o caos e gerar especulação é um dos modos usados pelo empresariamento de si e da sociedade. Ensina-se e encomenda-se visibilidade de sucesso e de alto desempenho, exposição de imagens de felicidade e de bem-estar, de corpos que se mostrem ágeis e flexíveis, esbeltos e prontos para serem vigiados em nome da vida plena e do ingresso no existir como empresa. Se torna mais difícil resistir na sociedade de controle em função da agilidade do movimento das forças centrípetas.

Este processo de empreendedorismo avança de forma singular com a emergência da internet e com sua ampliação mundial. O controle se torna mais flexível e em meio aberto, apesar de conviver lado a lado com modos de subjetivação disciplinares e de soberania jurídica simultaneamente. A disciplina é mais lenta e docilizava já em meio aberto também, não apenas exigia muros, dizia Foucault (1976/1999). É possível afirmar que os mecanismos de vigilância e controle disciplinar em meio aberto foi aumentado e se tornou mais conectado com as novas tecnologias de comunicação que surgem a partir da década de 1980 em diante.

Um problema colocado a partir da velocidade do fluxo de informações na internet é a facilidade do acesso a uma enxurrada de conhecimentos e confrontos de verdades de modo tão rápido, quase instantâneo que se torna complexo criar filtros interpretativos e critérios de confiabilidade para avaliação das notícias e das informações veiculadas. O tempo em que informações são, poderíamos dizer, despejadas de

forma quase ilimitada não é o mesmo da possibilidade subjetiva de elaboração das mesmas de tal maneira que o pensar aconteça com cuidado ético, estético e político.

No capitalismo neoliberal há uma baliza entre segurança e liberdade, a partir da articulação entre ordem e lei, no Estado Democrático de Direito, segundo Foucault (1978/2008). A vigilância pode ser aceita em nome da segurança até mesmo dos acessos a portais, redes, páginas, e-mails, sites, cadastros digitais, biometrias, enfrentamento à violência, a programas de monitoramento do peso corporal e até mesmo para evitar o contágio por vírus etc. O que modula o aceite em ceder liberdade para se ter segurança é um jogo nada simples e que movimenta negócios, profissões, estratégias de guerra, diplomacia, mecanismos legais, normas de usos e acessos, mercados de seguro e serviços.

Com efeito, o desejo de conexão pode diminuir a comunicação e até mesmo a liberdade efetivamente, na medida em que informar é diferente de comunicar e em que o excesso de notícias e veiculação de saberes excessivos cria uma estimulação ágil e tão contínua que dificulta o exercício da produção da liberdade. Porém, para Deleuze (1992), com o aumento da vigilância pelos controles mais finos da internet e a avalanche de informação que ela proporciona se opera o paradoxo de que mais acesso e conexão implica em menos liberdade concretamente.

Para Han (2018), a produção da liberdade pode perder potência quando se pensa que está sendo livre e, na verdade, se está entrando em redes para cumprir exigências do capitalismo neoliberal que não cessam de encomendar que se deixe vestígios e se fabrique visibilidades. Um assujeitamento dócil ocorre com a promessa da liberdade da internet e de suas sedutoras incitações à participação e à conexão. O desejo de ter desempenho induz à servidão em prol da lógica de ser empreendedor de si pela visibilidade permanente, por relações de interesse e utilitarismo.

Conforme Han (2018), o capitalismo neoliberal explora a liberdade, os valores, a subjetividade e até as emoções, incita as pessoas a trabalharem e a se vigiarem com regularidade que beira ao incansável. Observa-se uma tentativa de regular a sensibilidade em níveis finos da percepção e atenção. A ideia de liberdade vendida e propalada pela publicidade é uma armadilha, na medida em que de fato forja prisões sociais, subjetivas, políticas e culturais no que Han (2017a) denomina sociedade do cansaço, que segundo Crary (2016) capitaliza até o sono e cada vez mais o trabalho e a formação continuada invadem a intimidade e as casas pela noção de imaterialidade das atividades por meio dos usos da internet em horários os mais variados, nos finais de semana, nos feriados, nas férias, de madrugada etc.

Financeiriza-se o sono e a esfera íntima com voracidade na atualidade e resistir a tal coerção é um ato de coragem no presente e que exige discernimento analítico e força subjetiva para lidar com tantas pressões. Há uma incitação voraz e sedutora de estar conectado até mesmo para não se sentir só, para não perder informações e ficar atualizado, para encontrar pessoas no ambiente virtual, para visualizar a vida de outros, para monitorar parceiros íntimos, para regular a vida privada de trabalhadores, sendo também estimulado a se autogerir e a se autoproduzir pela relação com a

internet. Viver como empresário de si é uma promessa tentadora de se ter liberdade, conforme os adeptos da capital humano (Morozov, 2018).

Em nome da segurança, as novas tecnologias, em especial, a internet pode nos localizar, nos gravar, nos filmar, ser usada para nos denunciar e nos proteger, simultaneamente. Pode agilizar decisões e trâmites e ao mesmo tempo prejudicar quem não pode usufruir de equipamentos e pagar por uma internet rápida; sem falar das disparidades geográficas em que há oscilação grande de sinal da rede, levando parcelas significativas da população ao isolamento em inúmeros âmbitos, na medida em que a vida parece estar na palma da mão e, ao mesmo tempo, escoar pelas próprias mãos, paradoxalmente (Morozov, 2018).

As cidades ditas inclusivas e chamadas se seguras instalam dispositivos securitários de alta tecnologia. Há uma nomenclatura usada denominada de cidades digitais e, para outros, índices de qualidade de vida ligados aos processos de segurança sociotécnicos dos territórios em que se vive e se governa (Crary, 2016). O cálculo de indicadores, a realização de denúncias e notificações, as ouvidorias, os detectores de velocidade, as câmeras espalhadas por toda parte, as senhas para ingressar em diversos locais e programas, os detectores de metais, os mecanismos de controle dos transportes, o planejamento estatístico do Estado e de gestão do orçamento com transparência pública são exemplos de lógicas securitárias ligadas às cidades e ao Estado na relação com a sociedade (Foucault, 2008).

No meio rural e nos territórios demarcados, outras questões se colocam em relação à internet e ao acesso à mesma bem como ao que poderia ser oferecido como segurança e proteção dentro de cada realidade dos povos tradicionais e originários, das singularidades das vivências no campo que podem ir da tecnologia no latifúndio à inexistência de sinal de internet na chácara do agricultor familiar. Estas questões são trabalhadas por Foucault (1978/2008) no curso, publicado em forma de livro, intitulado: *Nascimento da Biopolítica*.

O crescimento de controles em nome da saúde, por exemplo, intensificou a difusão de uma modalidade de governo das condutas classificado como problemática da vigilância digital biológica ou biovigilância. Mas não é apenas o Estado que nos vigia, nós também nos vigiamos e vigiamos nossos pares. A subjetivação baseada na biovigilância ganha relevância na produção de saúde, nos tratamentos de doenças e na prevenção de contágios. O ideal de vida saudável e o medo da morte movem um complexo securitário e alimentam o mercado da saúde e das novas tecnologias (Morozov, 2018, 2013).

O uso de drones, os GPS's, os satélites, as redes sociais, diferentes aplicativos, coleiras eletrônicas entre tantos outros dispositivos de segurança ganham expressão e se tornam rotineiros no cotidiano de nossas vidas. A biovigilância se relaciona com a biopolítica, ou seja, com a gestão da vida da população em nome da saúde e da segurança (Foucault, 1988).

A sociedade que vigia e protege também. em nome da vida de alguns pode deixar morrer, matar e não assegurar as políticas de saúde e acessibilidade à internet. A biovigilância pode ocorrer também pelo mapeamento genético com fins forenses e preventivos de doenças. Há, atualmente, um uso crescente da tecnologia na segurança pela via da

informatização e manuseamento massivo de informação biogenética, de acordo com Maciel e Machado (2004). Os mecanismos de segurança se tornam mais sofisticados nas últimas décadas e são ofertados como acoplamentos aos corpos e signos de sucesso, aumento da seguridade social e ampliam o controle do Estado e da sociedade sobre cada um dos seus membros. Uma sociedade da segurança é também um dispositivo de vigilância e controle grande no governo das condutas (Foucault, 2008).

Os controles biométricos pela íris dos nossos olhos, pelas câmeras espalhadas na cidade, pelos olhos expandidos da sociedade por meio de *smartphones* etc. passam a ser analisadores de uma sociedade de controle que decidiu se governar pela difícil relação entre liberdade e segurança. Os cálculos entre ceder a liberdade em nome da segurança passam a compor a economia política e a regulação da proteção social como decisão de gestão da informação em nome da ordem e da lei, no Estado Democrático de Direito, em uma sociedade neoliberal, empreendedora e de controle.

4. Modos de Ser Diverso com Encomenda de Alto Desempenho e de Felicidade pela Internet

Um convite a ser feliz e se tornar resiliente pelas redes sociais e por meio de tecnologias de si que passam pela gestão da informação e da internet é um imperativo do tempo presente. Se sentir evoluindo e ser reconhecido como alguém avançado mobiliza os usos com constância e a posse desenfreada de novas tecnologias e equipamentos de comunicação. Para Cabanas e Illouz (2022), há uma encomenda do que eles definem como *happycracia*, um pedido de felicidade e atenção plena que tem ganhado expansão por uma noção de Psicologia Positiva atrelada ao capitalismo neoliberal e ao aumento das conexões comunicativas pela internet e outros aparatos sociotécnicos.

Existir passa a ser alguém nomeado como tecnodiverso e, além, desta posição subjetiva, também há outra que é a afirmação da felicidade pelas redes sociais, vendo e sendo visto, recebendo curtidas e ampliando o número de seguidores (Huk, 2020; Cabanas & Illouz, 2022). Se torna um cidadão feliz e interativo implica em modular a mente e as emoções pelos aplicativos e funções de desempenho expandidas pela regulação dos modos mais ínfimos da existência pela proposta capacitista de ampliar o trabalho imaterial e as ações do pensar e realizar. Contudo, ser tecnodiverso é mais complexo e difícil do que parece, pois, o controle de algoritmos e o mercado de marcas vai reduzindo e restringindo a possibilidade de se diferenciar. De certo modo, buscar a tecnodiversidade é um desafio da sociedade de controle e da informação que tenta disciplinar e normalizar mesmo que em rápidas modulações os modos de existências.

Há aplicativos na internet para meditar, para promover o sono, para realizar dietas e monitorar exercícios corporais. Também há uma tendência à formação de grupos identitários por psicodiagnóstico de psicopatologias pelo *Facebook*, pelo *Whatsapp* e *Telegram*. Formam-se grupos para vigiar o peso, o uso de álcool e outras drogas; para modelar comportamentos cotidianos; para gerenciar o que vem sendo chamado de neurodiversidade (Huk, 2020). Também há os grupos familiares, de amizade, de trabalho, outros ligados à educação, ainda os de articulação política de movimentos

sociais, aqueles que divulgam campanhas variadas, de integrantes de comunidades de bairro, entre moradores(as) de condomínios, de cunho religioso, de carona para viagens, de jogos na internet etc. (Morozov, 2018).

Há aplicativos para aprendizado de língua estrangeira, de operações bancárias, voltados à mobilidade urbana, para agendamento de serviços diversos de cadastro e produção de documentos, para acessar informação trabalhista, cartão de vacina virtual, de carteira de motorista digital, da carteira de trabalho digital e de título de eleitor digital. Há inúmeras plataformas de ambientes virtuais de aprendizagem em modalidades de ensino híbrido e de educação à distância, que estão em expansão e precarizam o trabalho docente.

A internet também passou a ser um espaço de encontros afetivos, sexuais, para conhecer parceiros em sites de relacionamentos, para acessar notícias de jornais e revistas, para pesquisar textos acadêmicos, para armazenar currículos e indicadores de produção científica. O desempenho se tornou modulado por metas que são acompanhadas e monitoradas por diversos programas e portais na internet. Informações de saúde física e mental são disponibilizadas na internet com a história de cada paciente e dos serviços que participou e usou de saúde, prontuários se tornaram digitalizados, documentos jurídicos e processos do Poder Judiciário passaram a ser realizados pela internet (Morozov, 2018).

O chamado trabalho remoto ganhou notoriedade após a pandemia do coronavírus, que acelerou modalidades de educação e aumentou significativamente o trabalho no espaço doméstico. Esta realidade passou a ideia de liberdade e de economia de tempo e custos tanto para empregadores quanto para trabalhadores. Porém, ilusórios, sobretudo, para quem trabalha porque o ambiente privado passou a se misturar com o público em várias medidas e a interferir nas relações familiares, no sono, na alimentação, no lazer, na saúde e na atenção (Crary, 2016).

Uma sociedade do desempenho e da performance em redes e da acessibilidade e reconhecimento pela internet recebe críticas de controle social e, ao mesmo tempo, elogios de facilidade e economia (Cabanas & Illouz, 2022). Para Morozov (2018), não há muitos otimismo em relação aos benefícios das novas tecnologias, principalmente, da ampliação intensiva dos usos da internet, que na visão deste autor, causa inúmeros impactos negativos na vida das pessoas em muitos aspectos. Já, Castells (2013), a internet pode significar esperança e facilitar a organização dos movimentos sociais. Diferentemente de Morozov (2018), Castells (2013) via possibilidades de resistências pelas novas tecnologias e singularização das formas de realizar reivindicações e protestos.

Podemos nos perguntar a respeito dos limites éticos, políticos, educacionais, culturais, econômicos, sociais e subjetivos dos usos da internet e os modos efetivos da sociedade poder negociar e decidir sobre esta realidade, diante de um mercado crescente da gestão da informação, da venda de aplicativos, de oferta de formação à distância, de oportunidades de crescentes lucros para poucas corporações internacionais que fabricam celulares, computadores, produzem programas e prestam serviços

pela internet, inclusive na própria Psicologia, na Medicina e em várias profissões, cresceu o número de atendimentos *online*.

Os pedidos de alimentação por aplicativos se tornaram um negócio rentável para empresários e prático para os usuários dele. Contudo, para motoristas de aplicativos, não se pode dizer o mesmo, afinal, entraram em um grupo grande de subemprego com grande precarização trabalhista (Antunes, 2020). E os marcos regulatórios da internet? São bem-vindos? Produzem segurança e controle simultaneamente, mas em que medida são protetores de pessoas que pouco podem avaliar os impactos da conexão cada vez mais veloz e invasivas em termos

E, quanto à internet, deveríamos deixá-la, cada vez mais, proceder em sua *conectividade* e velocidade absolutas? Como gerir as controvérsias e as tensões entre vários setores, pessoas em vulnerabilização e excluídas do mundo digital e os gigantes do Vale do Silício? São várias perguntas que fazemos e que nos preocupam e mobilizam.

Como Castells (2013) relata, há benefícios também nos usos da internet e processos de democratização da comunicação em curso que tentam criar limites legais e éticos para o mercado e para os usuários. Nos lembrando das palavras de Deleuze (1992), nada é mal em si nem bom, em uma ideia essencialista do mundo, da vida, das subjetividades e das relações. A questão para ele é como funciona e que efeitos os encontros produzem?

Criar políticas públicas para a gestão responsável da informação e da comunicação, para as empresas e profissionais bem como para os usuários é uma forma de evitar problemas e tentar reduzir danos e mazelas causadas pelo excesso e pela falta de limites nos lucros e nos usos das tecnologias. Uma ideia de vida plena e bem-estar se torna critério de regulação das existências em diferentes espaços, inclusive, na internet. Paradoxalmente, oferecer liberdade de conexão junto com uma noção de qualidade de experiência em prol do fomento ao que se passou a chamar de positividade e resiliência tem se tornado uma prática comum às empresas e gestores das novas tecnologias da comunicação. Um viés neoliberal do empreendedorismo está presente nesta racionalidade de bem-estar, qualidade de vida e resiliência atrelada ao aumento do desempenho e à submissão às táticas de vigilância (Cabanas & Illouz, 2021).

Vale notar que há uma curva crescente de indicadores ligados ao que vem sendo denominado de problemas na saúde mental e coletiva ligados, em parte, ao uso excessivo da internet e do celular *smartphone*, tais como: dependência, dificuldades em ter atenção, sofrimentos psíquicos vinculados às frustrações nos grupos da internet e na impossibilidade de aquisição dos equipamentos, de ausência de sinal de internet e/ou de tê-los e os experimentar como uma vida dentro de uma bolha, de acordo com Morozov (2018). Logo, a promessa da liberdade e a noção de felicidade embutida na oferta de conexão e proposta de uma Psicologia Positiva passa a gerar efeitos paradoxais e, muitas vezes, bem mais negativos do que de supostamente os mercadores da felicidade denominam de qualidade de vida.

5. Considerações Finais

Concluindo, é possível afirmar que a sociedade de controle e de comunicação também é a que promove subjetividades empresariais, securitárias, marcadas pela vigilância e pela guerra, curiosamente, em nome da liberdade, da felicidade e da proteção. A crescente acessibilidade por meio de redes sociais e comunicação pela internet são as guerras híbridas e a difusão de informações falsas. Estas práticas são dirigidas à produção de divisão e intensificação de conflitos entre grupos para extrair lucros econômicos e políticos com o clima de guerra que e inimizade que vai sendo estimulado. Há marcadores de gênero, de classe, de raça/etnia, de território, de faixa etária etc. nesta modulação da incitação à guerra na comunicação.

Há um regramento que funciona como quadros interpretativos e de guerra concomitantemente, de acordo com Butler (2019). Com efeito, a fabricação da verdade e a circulação dela é parte dos enquadramentos que visam interditar, censurar, incitar, doutrinar, autorizar, filtrar, editar, comentar, se apropriar e transformar. Para Butler (2019), os quadros emolduram e regulam por chaves de interpretação na organização da política da verdade. Assim, a divulgação de notícias, de fotografias e textos circula na internet e na comunicação social por meio de vetores de disputas políticas, econômicas, culturais, sociais e subjetivas.

A ideia de mesclar táticas diferenciadas de guerras não convencionais e de modos irregulares a partir de ciberguerra, por exemplo que articula mecanismos políticos, efeitos de desinformação, operações diplomáticas específicas, dinâmicas ágeis e complexas que se combinam com estratégias militares e disputam a produção e difusão da verdade por meio de negacionismos espalhados, da circulação ampla de *fake news* e da produção da desconfiança generalizada ou mesmo de rivalidades intensas, em uma política da inimizade para extrair lucros econômicos e vantagens políticas (Korybko, 2018).

Mbembe (2019), em *Necropolítica. Biopoder, soberania, Estado de exceção, política de morte* denominou esta realidade como necropolítica, ou seja, política da morte, resultante da atualização dos colonialismos vividos a partir das novas colonialidades experimentadas por meio de diferentes modalidades de guerra e gestão de dados por meio de algoritmos, por exemplo.

Portanto, a análise da guerra pressupõe pensar metodologias interseccionais para conseguir lidar com a complexidade das disputas e tensões que são agenciadas nas gestões das informações nas chamadas guerras híbridas. Collins e Bilge (2021) analisam que as relações passaram a ser cada vez mais complexas e que precisam ser pensadas a partir de metodologias interseccionais para que se possam problematizar o crescimento de sectarismos, fundamentalismos, sexismos, violências de gênero, racismos, etarismos, capacitismos e preconceitos territoriais veiculados pelas redes sociais é tão intenso quanto fora do universo virtual.

Mbembe (2020) destaca que é crucial usar o analisador da política da inimizade para interrogar as guerras híbridas e as maneiras da ultradireita e de movimentos fascistas realizarem alianças com grandes corporações internacionais do mercado

da comunicação na internet. Interrogar a provocação da inimizade é fundamental para criar resistências e quebrar conformismos diante da realidade que foi descrita. É importante criticar a produção da dissuasão política e divisão entre os grupos pelas guerras híbridas e problematizar a manipulação e a gestão da morte por meio do medo e da desestabilização intensa dos modos de ser e de se relacionar ativados pelas corporações e representantes políticos que desejam lucrar com a morte e a inimizade (Mbembe, 2020).

A promessa positivista de progresso científico e de “civildade” que o racionalismo produziria tem se mostrado frágil e uma ilusão tal como afirma Giddens (1991). Além da vida regulada por normas e leis, passa-se a uma existência dadocêntrica e modulada pelos *big data* como condição de ver e ser visto, ou seja, de existir em um mundo de imagens, informações e conexões onipresentes. O processo de subjetivação atual opera por servidões que nos colocam na berlinda para que possamos questionar a condição de ser coagido a viver feliz e a ser visível o tempo todo como demonstrando positividade e desempenho em competição de alegria e disposição a aumentar o trabalho a ponto de mercantilizar o sono, a intimidade e o lazer.

No caso do mundo do trabalho, exige-se que o sujeito exerça suas atribuições de formas polivalentes e, paradoxalmente, compartimentalizadas em relação às outras esferas da sua vida. Uma espécie de desconexão passa a existir no ciberespaço, em que as tecnologias comunicacionais prometem aproximação, facilidades e liberdades. Onde se oferece conexão, felicidade e comunicação tem sido gerado dispersão e afastamento, isolamento, individualismo, tédio e adoecimento. A era da velocidade e da informação se coloca lado a lado à proliferação das novas formas de desterritorialização, modulando fluxos ágeis de (des)conexão quase instantâneos aos sujeitos e privilegiando mais as relações pelas redes digitais do que outros formatos de conexão. Assim, a desconexão também é bastante visível no mundo digital. Talvez, esta desconexão possa inquietar intensamente ao ponto de se tornar um mecanismo de resistência e desaceleração em termos de excesso, na sociedade do cansaço que leva à exaustão tamanha que chega a criar curto-circuito e a torcer os modos de subjetivação, fabricando alguma passagem para linhas de fuga.

A excitação e estimulação se torna tão frequente e veloz que passamos a ter dificuldades de atenção, de relaxar, podemos sentir certo tédio deste excesso e intenso sofrimento relacionado à exploração do trabalho imaterial pela internet, especialmente (Han, 2017a). Essa desconexão sugere a incidência de processos de fragmentação das subjetividades, sendo estas compreendidas como territórios nômades.

Concluindo, Malini (2017) destaca como a experiência de *navegar* por esse cosmo digital, implica uma incorporação de uma “substância” que se materializa nesses perfis. Ironicamente, a corporeidade desse acontecimento reside no âmbito das relações imateriais produzidas neste novo território. Sair da armadilha da transparência permanente e do controle que extenua e produz cansaço é um movimento a ser criado em cada prática e na própria dinâmica das relações de poder em que nos encontramos imersos nas redes sociais, no alvoroço da quantidade de informações e gerenciar e na demanda de forjar coragem e atenção em tempos de insegurança e dispersão intensas.

REFERÊNCIAS

ANTOUN, H. Vigilância, comunicação e subjetividade na cibercultura. *In*: BRUNO, F.; KANASHIRO, M.; FIRMINO, R. (orgs.) **Vigilância e Visibilidade**: espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 141-154.

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**. Quando a vida é passível de luto. São Paulo: Civilização Brasileira, 2019.

CABANAS, E. & Illouz, E. **Happycracia**: fabricando cidadãos felizes. São Paulo: Ubu, 2022.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CRARY, J. **Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Editora Ubu, 2016.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: a história da violência nas prisões. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HAN, B.C. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017a.

HAN, B. C. **Sociedade da Transparência**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017b.

HAN, B. C. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Âyné, 2018.

HUK, H. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu, 2020.

KORYBKO, A. **Guerras híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MACIEL, D.; MACHADO, D. “Biovigilância e governabilidade nas sociedades da informação” *In*: MACHADO, H.; MONIZ, H. (Orgs.) **Base de dados genéticos forenses**: tecnologias de controlo e ordem social. Coimbra: Coimbra Editora, 2004. p 147-148.

MALINI, F. “Um método perspectivista de análise de rede social: cartografando territórios e tempo na rede”. *In*: ZANETTI, D.; REIS, R. (orgs.). **Comunicação e territorialidades**: poder e cultura, redes e mídias. Vitória: EdUFES, 2017. p. 83-108.

MOROZOV, E. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.